

Uma proposta: cobrar pela água confiável

JERSON KELMAN

O Ministério das Cidades estima que seria necessário investir R\$ 178 bilhões nos próximos 20 anos para se atingir a meta de universalização do serviço de saneamento. Ou seja, quase R\$ 9 bilhões por ano. Por outro lado, o projeto de lei orçamentária para 2004 destina apenas R\$ 7 bilhões para investimentos em infra-estrutura. Se fossem considerados também os setores de energia e transporte, a distância entre necessidade de investimento e capacidade governamental só se agigantaria. Portanto, é importante que se avance na parceria público-privada para expansão da infra-estrutura, particularmente nos serviços públicos.

Entretanto, como nenhuma empresa privada se interessaria em servir a famílias sem capacidade de pagar o correspondente custo do serviço, a parceria não pode ser vista como panacéia para todos os problemas. Nestes casos, o governo pode prestar o serviço diretamente ou disponibilizar subsídios que ajudem os mais necessitados a pa-

gar as tarifas. Subsídios governamentais são também recomendáveis para viabilizar serviços de interesse de toda a comunidade, por exemplo para diminuir a propagação de doenças, como é o caso de tratamento de esgoto. É preciso, no entanto, operacionalizar os subsídios de forma eficaz.

Muitos projetos, no Brasil e em outros países em desenvolvimento, costumam consumir recursos financeiros na instalação da infra-estrutura, sem jamais chegar à fase operativa. Isto porque existe um poderoso lobby para construção, formado principalmente por empreiteiros e fabricantes de equipamentos, e quase nenhum para o efetivo funcionamento da infra-estrutura. Na lógica atual, os construtores e fabricantes lucram proporcionalmente ao custo do empreendimento. Isto é, têm todo o incentivo para maximizar custos. Para reverter este quadro, e induzir a minimi-

zação de custos, a Agência Nacional de Águas — ANA lançou, em 2001, o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas — PRODES: não financia obras ou equipamentos. Paga, isto sim, pelos resultados alcançados. Isto é, paga pelo esgoto efetivamente tratado.

O pagamento pelo esgoto tratado só é desembolsado ao longo dos cinco primeiros anos de funcionamento das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), se o serviço for corretamente prestado. Caso contrário, não há desembolso e o recurso, que é depositado na Caixa Econômica Federal, retorna ao Tesouro Nacional. Com este arranjo, o prestador de serviços se livra do risco de o

pagamento não vir a ser efetuado por conta de futuro contingenciamento orçamentário. Por outro lado, o governo se livra do risco de o serviço não ser prestado por incapacidade do prestador de serviços.

O programa, em seus três anos de funcionamento, viabilizou 34 estações de tratamento de esgoto, correspondendo a um investimento total de R\$ 272 milhões (subsídio de R\$ 78 milhões). Todas as prestadoras de serviço beneficiadas pelo PRODES são empresas públicas. Entretanto, o programa poderia ser expandido para empresas privadas.

De forma análoga ao PRODES, a ANA desenvolveu uma proposta para otimizar os gastos públicos na garantia de suprimento de água no Semi-árido nordestino. Trata-se de um novo enfoque para subsidiar sistemas de adução, ou seja, de condução da água dos açudes para as cidades, as indústrias e as áreas irrigadas. A idéia é fazer com que o governo firme contratos não com as empresas construtoras e sim com as prestadoras de serviço de adução. Os contratos conteriam cláusulas sobre o valor da tarifa, levando em consideração a capacidade de pagamento das populações e demais segmentos beneficiados. O subsídio, de responsabilidade do governo, seria a diferença entre o preço unitário ofertado pela concessio-

nária e o valor da tarifa.

Contratos com as empresas construtoras e com as fornecedoras de equipamentos seriam feitos pelas empresas concessionárias de adução, e não pelo governo. A idéia, uma vez mais, é aumentar a eficácia do gasto público. As concessionárias teriam todo o incentivo para: (i) minimizar o custo de instalação da infra-estrutura, ao contrário do que hoje acontece; (ii) fazer a correta operação e manutenção, já que o subsídio seria pago por metro cúbico efetivamente disponibilizado e mensurado, ao longo da vida útil do empreendimento.

Certamente surgirão objeções à idéia de cobrar uma tarifa pela garantia de abastecimento confiável de água que hoje é suprida de maneira não confiável, além de muitas vezes com qualidade imprópria para o consumo humano. No entanto, talvez o trabalho de convencimento não seja tão difícil porque, como bem sabe o sertanejo, a água mais cara é aquela que não existe.

JERSON KELMAN é diretor-presidente da Agência Nacional de Águas

Haverá resistência,
mas como sabe o
sertanejo, a água
mais cara é aquela
que não existe
